

CAIO CÉSAR DE OLIVEIRA ●

ELIMINAÇÃO, DESINDEXAÇÃO E ESQUECIMENTO NA INTERNET

Obra de acordo com a Lei Geral de
Proteção de Dados Pessoais
(Lei nº 13.709/2018 - LGPD)

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfour

Estagiários: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfour

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

11846-53

Oliveira, Caio César de
Eliminação, Desindexação e Esquecimento na Internet / Caio César de Oliveira. -- 1. ed. -- São Paulo:
Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-65-5614-340-8

1. Direito à memória 2. Direito à privacidade 3. Esquecimento (Direito) 4. Internet - Leis e
legislação 5. Liberdade de expressão 6. Personalidade (Direito) 7. Personalidade (Direito) - Brasil
8. Proteção de dados I. Título.

20-46369

CDU-347.19(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de personalidade : Direito civil 347.19(81)
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
NOTA INTRODUTÓRIA DE APRESENTAÇÃO	17
LISTA DE TABELAS	19
LISTA DE FIGURA	21
INTRODUÇÃO	27
 1. PARTE I: ORIGENS DO DEBATE	 33
1.1. Memória e esquecimento	35
1.1.1. Esquecimento natural	35
1.1.2. Memória artificial	39
1.1.3. A internet não esquece? Origens de um “direito ao esquecimento” na internet	41
1.2. Diálogo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sob a perspectiva de reconhecimento do direito ao esquecimento	45
1.2.1. União Europeia e a tutela da proteção de dados pessoais	45
1.2.1.1. Referências normativas europeias sobre proteção de dados pessoais	49
1.2.1.2. O caso que não será esquecido como paradigma de um direito à desindexação	52
1.2.1.3. Previsão do Direito ao Apagamento e à Desindexação no General Data Protection Regulation (GDPR)	59
1.2.2. Estados Unidos da América e a supremacia da liberdade de expressão	62

1.2.2.1. Liberdade de expressão como valor preferencial	62
1.2.2.2. Reconhecimento de um “direito ao apagamento” excepcionalíssimo na Lei de Proteção de Dados Pessoais da Califórnia	67
1.2.2.3. Critérios utilizados para ponderação de princípios em conflito no sistema norte-americano	72
1.3. Contornos de um “direito ao esquecimento” no Brasil	73
1.3.1. Normas existentes no ordenamento jurídico brasileiro utilizadas para fundamentar um suposto “direito ao esquecimento”	77
1.3.2. Não somente um, mas vários “direitos ao esquecimento”	85
1.3.2.1. O caso Chacina da Candelária	85
1.3.2.2. O caso Aída Curi	87
1.3.2.3. O Caso Xuxa	91
1.3.2.4. Caso DPN x Google, Yahoo e Microsoft.....	92
1.3.2.5. Direito ao esquecimento nos tribunais brasileiros e a pluralidade de entendimentos	95
1.3.3. A insuficiência dos Projetos de Lei que pretendem regulamentar o tema	100
 2. PARTE II: NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE ELIMINAÇÃO DE DADOS, DESINDEXAÇÃO E ESQUECIMENTO PARA O CONTEXTO BRASILEIRO	 103
2.1. A eliminação de dados pessoais	112
2.1.1. Fundamentos teóricos	121
2.1.2. Limites	123
2.1.3. Definição e hipóteses de aplicação	124
2.2. A desindexação	125
2.2.1. Fundamentos teóricos	129
2.2.2. Limites	132
2.2.3. Definição e hipóteses de aplicação	132
2.3. O esquecimento	134
2.3.1. Possível definição e aplicação	136
2.3.2. O paradoxo do acessório que ofusca o principal	139
2.3.3. O Brasil (ainda) precisa de um “direito ao esquecimento”?	140
2.4. Síntese e demonstração final de semelhanças e diferenças entre eliminação de dados pessoais, desindexação e esquecimento	142

3. PARTE III: BARREIRAS, EFEITOS COLATERAIS E PROPOSTAS PARA A POSSÍVEL TUTELA	145
3.1. Barreiras	147
3.1.1. Técnicas: (in)efetividades das medidas	147
3.1.2. Financeiras: o mercado do esquecimento.....	154
3.1.3. Jurídicas: o mundo todo deve esquecer?	155
3.1.4. Culturais: todo mundo quer ser esquecido?	160
3.2. Efeitos colaterais.....	161
3.2.1. Lembrar de esquecer: o <i>Streisand effect</i>	162
3.2.2. Remoção para a não responsabilização: o <i>Chilling effect</i>	163
3.2.3. Abusos: pedidos infundados	165
3.3. Propostas para a tutela possível	168
3.3.1. Meios alternativos de solução de controvérsia.....	169
3.3.2. Aperfeiçoamento do principal: atualização e correção, anonimização, mínima coleta de dados pessoais, finalidade, <i>privacy by design</i> e direito de resposta.....	171
3.3.2.1. Atualização e correção	171
3.3.2.2. Anonimização	172
3.3.2.3. Princípio da mínima coleta	174
3.3.2.4. Princípio da finalidade	175
3.3.2.5. <i>Privacy by design</i>	175
3.3.2.6. Direito de resposta	177
3.3.3. Efetivação pelo Poder Judiciário: para além da ponderação genérica, a importância de balizas para a tomada de decisão nos casos de colisão entre liberdade de expressão e informação e direitos da personalidade.	179
CONCLUSÃO	189
BIBLIOGRAFIA	195
ANEXO I	203
ANEXO II	211